

**CÓDIGO.** Críticos dizem que corporação remonta ao regime militar

# Desmilitarização da PM volta a gerar debates

Movimento em defesa da ideia já possui comitê em oito estados

**MARCOS RODRIGUES**  
REPÓRTER

Em meio à crise na segurança pública nacional, ganha força, em todo o País, a discussão sobre a desmilitarização da Polícia Militar. Seja pelos conflitos com manifestantes, ou pelo envolvimento de quadros na morte do pedreiro Amarildo de Souza, no Rio de Janeiro, os partidários da ideia defendem a criação de uma polícia com perfil social.

O principal argumento é que a PM, nos moldes atuais, preserva fortes resquícios do Regime Militar, que assolou o País por 20 anos. Conforme apontam as regras e códigos da caserna, a ligam às Forças Armadas e à sua hierarquia. Assim, o soldado, quando se forma, presta juramento à hierarquia militar e não à Constituição Federal.

Quem afirma são os integrantes do Movimento pela Desmilitarização da PM, que já possui comitê em oito estados. Em Alagoas, a sociedade civil ainda não se organizou a esse ponto. Mas a *Gazeta* ouviu notáveis ligados à área de segurança.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Alagoas, Daniel Nunes, é um dos que defendem a ideia. Entretanto, antes que se confunda a pro-



Militantes afirmam que policiais prestam juramento à hierarquia militar e não à Constituição Federal

posta com o fim da instituição, ele lembra que o que está sendo sugerido é uma mudança conceitual de sua forma de atuação.

“Somos favoráveis à desmilitarização, mas, essencialmente, no Código da PM. Não é acabar com a farda, nem com o policiamento ostensivo”, observou Daniel. “A mudança de perspectiva institucional, porém, vem sendo debatida, inclusive, no Fórum Brasileiro de Segurança Pública”, lembrou.

Mesmo reconhecendo a importância da alteração, Daniel garante que, em Alagoas, por exemplo, a postura da PM tem evoluído. Um exemplo é o fortalecimento do Centro de Gerenciamento de Crises, que tem ajudado a eliminar tensões nas relações sociais.

“A polícia também tem começado a ver a impor-

tância do fim do soldado combatente e acreditando na polícia comunitária, que ao lado da população resolve conflitos”, enalteceu Daniel.

## MUDANÇA

O professor do curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e desembargador Tutmés Ayran acredita que o tema deve ser discutido sobre o contexto da segurança pública, em geral. Ele lembra que há outras questões sendo levantadas nacionalmente, como a “fusão” das polícias, que considera um fato inevitável.

“Precisa haver uma nova lógica de gestão. Tem que acabar com a lógica dos quartéis e aproximar a polícia da sociedade e desmilitarizá-la. Na etimologia da palavra, ‘Polícia Militar’ quer dizer combate ao inimigo em guerra. Is-

so tem a ver com a vinculação da polícia como órgão auxiliar do exército, que combate a guerra externa, enquanto a PM faria o combate interno”.

Diante dos números e da ascensão da violência, Ayran não tem dúvidas de que o atual modelo de polícia não produz o combate que a sociedade espera e acredita.

“Se cria um clima de guerra, onde o inimigo interno teria que ser abatido. Evidentemente, isso coloca em xeque os limites da atuação policial. Sob essa lógica, você acaba dando à polícia um poder do tipo cheque em branco. Por isso, defendo a desmilitarização para que a polícia veja no outro não o inimigo, mas o homem, que inclusive pode até delinquir, pois isso é da natureza humana”, ponderou Tutmés. Ayran.

## Proposta ainda divide opiniões

Com a experiência de quem um dia comandou a PM, o coronel Edmilson Cavalcante, atual secretário de Segurança Comunitária e Cidadania de Maceió, defende que a polícia dê resultados. Para ele, no modelo atual não deve continuar. O sistema atual se divide em dois: Polícia Militar e Polícia Civil.

“Simplesmente desmilitarizar não seria a solução do problema. Mas, se pensarmos num sistema único de defesa, onde tanto a parte de prevenção quanto a de repressão venham a ser realizadas por uma polícia única, eu acho que traria um ganho para a segurança pública”, disse.

Na sua atual pasta, que tem na estrutura a Guarda Municipal, o coronel acredita ser essencial que ela seja inserida num novo modelo onde auxilie, efetivamente, no monitoramento e ostensividade da segurança.

A professora de Direito da Ufal e integrante do Núcleo de Estudos sobre Violência, Elaine Pimentel, conhece a experiência de unificação vivenciada no Chile. Conforme apurou, naquele país as polícias têm competências definidas, mas atuam como uma única polícia.

“Lá, até o sistema prisional está no contexto. É claro que no Brasil a nossa polícia tem sua doutrina, ainda ligada à ditadura, mas eu não sei se esse é o momento ideal para que se desmilitarize. Nós estamos num momento de

construção na PM de uma polícia cidadã”, afirma.

Ela lembra que para desmilitarizar é fundamental pensar num modelo que dê conta das diferenças que existem em todos os Estados. “Tem que ouvir as bases, as duas polícias. Tem que haver uma construção das bases para cima, porque são elas quem lidam com a comunidade”, defendeu Elaine.

Para a presidente do Núcleo, professora e pró-reitora estudantil Ruth Vasconcelos, o mais difícil é saber reconhecer os direitos dos cidadãos, mas sem esquecer que os policiais, muitas vezes, não têm os seus garantidos.

“É hora de refletirmos,

com muito zelo e cuidado, sobre o processo de desmilitarização como uma estratégia de defesa dos direitos dos policiais. Na verdade, é uma contradição exigirmos que os policiais tenham uma atuação pautada na ética, no respeito e na responsabilidade cidadã quando eles próprios não se sentem contemplados com os direitos humanos e sociais”, apontou.

Ela acrescenta que a lógica militar que conduz as instituições policiais favorece situações de abuso de poder. “Os policiais sentem-se impedidos de manifestar suas inquietações, insatisfações, angústias, tristezas e sofrimentos decorrentes de sua

atuação profissional”, destacou Ruth, que apoia o debate sobre a desmilitarização.

O procurador-geral de Justiça, Sérgio Jucá, reconhece que o código da PM, que data de 1969, precisa ser modernizado. O que, em tese, poderia tirar o seu formato militarizado. Mas, ao repercutir uma das propostas que tramitam no Congresso Nacional, do deputado federal Chico Lopes (PCdoB-CE), Jucá é bastante crítico.

“O País tem dimensão continental. A unificação não é exequível. O que tem que ser feito é priorizar a valorização das duas instituições: a civil e a militar”, definiu. **MRO**